

Aula 15

Estudo de caso: guerra civil e paz em Angola

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Apresentar os principais temas de ordem política e econômica na curta trajetória angolana, desde sua independência.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes fases do conflito angolano no período pós-independência;
2. avaliar as interações entre os fatores internos e externos no prolongamento da guerra e na sua extinção.

INTRODUÇÃO

A opção pelo estudo de Angola para encerrar o nosso curso de História da África e as aulas de temas contemporâneos no continente foi realizada em função de quatro fatores:

- a) Dos conflitos ocorridos na África é sobre ele que certamente recebemos mais informações. É bem verdade que estas chegaram-nos de forma fragmentada, indireta (através das agências internacionais), tendenciosa e inconstante, mas na comparação com os demais conflitos ocorridos no continente foi o que mais atenção recebeu, quer do governo brasileiro, quer da sociedade brasileira.
- b) É também um conflito que em diferentes momentos manteve contatos com o Brasil. Vale lembrar que no período da luta anticolonial (1961-1974), angolanos foram presos no Brasil, após o golpe de 1964, por pertencerem a organizações de perfil socialista que ambicionavam uma participação brasileira efetiva, na guerra pela independência angolana, tendo para isso compartilhado desejos e planos com organizações da esquerda brasileira. Outro momento de aproximação iria se dar nas décadas de 1980 e 1990, com a chegada de um número significativo de angolanos, refugiados da prolongada guerra civil, aos estados brasileiros, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo.
- c) Trata-se da região, depois colônia e por fim país independente que conheceu muito mais o estado de guerra do que o de paz. Se não vejamos: a região de Congo Angola foi a principal fornecedora de escravos para o mundo atlântico, especialmente o Brasil, em função da regularidade e longevidade desse tráfico, e a maior parte desse processo de escravização era consequência de enfrentamentos entre africanos; as chamadas “guerras de pacificação”, como foi visto na nossa Aula 12, estenderam-se do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, com algumas regiões alcançando os anos de 1940 e 1941; a guerra anticolonial iniciou-se em 1961 e só terminaria em 1974,

configurando-se como a mais longa guerra de independência do continente; e, por último, a guerra civil começou no seu imediato pós-independência, em 1975, e só terminou em 2002.

d) É um dos casos mais complexos da história recente da África. Sua luta de libertação envolveu diferentes conflitos: a oposição mais evidente de angolanos *versus* portugueses na luta pela independência ou por sua negação; angolanos *versus* angolanos, afinal, como vimos também na Aula 12, os três movimentos de libertação mais importantes lutavam contra o colonialismo português, mas também entre eles; angolanos que lutavam nos movimentos de libertação *versus* os que lutavam no exército colonial português, já que na fase final da luta pela independência mais de 50% das forças militares e paramilitares coloniais eram compostas por angolanos; envolveu também um conflito regional posicionando de um lado as forças portuguesas e os governos racistas da África do Sul e da Rodésia *versus* os países africanos já independentes da região austral do continente que apoiavam as diferentes forças guerrilheiras angolanas; e, por último, os reflexos do conflito global da Guerra Fria, polarizando em campos opostos os apoios de EUA e URSS. E muitos desses embates permaneceriam no pós-independência.

A independência e a permanência do estado de guerra

A independência de Angola, proclamada por seu primeiro presidente, Agostinho Neto, também presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no dia 11 de novembro de 1975, não terminou com as disputas militares. O novo país nasce com uma guerra já em andamento entre os três movimentos de libertação. O que mudou foi o nome do conflito. Deixou de ser uma guerra de libertação e passou a ser uma guerra civil.

Terminaram alguns dos conflitos mencionados. Este foi o caso da oposição entre angolanos e portugueses, bem como a existente

entre angolanos que lutavam pelos movimentos de libertação e os que lutavam pelo exército colonial. Sendo que os que lutavam pelo exército colonial foram em boa parte encampados pelos movimentos de libertação. Mas permaneceram outros, tais como, evidentemente, o que envolvia os próprios movimentos de libertação, ou ainda o de caráter regional com a África do Sul e a Rodésia, que passariam a apoiar, no caso do primeiro país, de forma decisiva para a manutenção da guerra civil a guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e, como seria de imaginar, restou também a bipolarização entre EUA e URSS e os seus reflexos na nova guerra angolana.

No imediato pós-independência, tropas sul-africanas continuaram a ocupar o território sul de Angola em apoio à Unita, em uma curiosa aliança entre o governo do *apartheid* e um movimento que defendera, em seu início, ideias maoístas. Essa invasão militar sul-africana teve início meses antes da proclamação da independência de Angola, durante os embates entre os movimentos de libertação pelo controle da capital, Luanda. Ao norte, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) alinhou em sua tropa soldados do Zaire, com apoio financeiro estadunidense, armas chinesas e alguns mercenários, incluindo brasileiros, mas não conseguiu manter tal fôlego por muito tempo. Com o passar dos meses, o movimento de Holden Roberto foi perdendo capacidade de mobilização e deixou de ser um problema militar para o governo do MPLA.

O MPLA, por sua vez, recebeu o apoio de militares cubanos, que tiveram um papel fundamental nos confrontos iniciais que garantiram a proclamação da independência pelo movimento de Agostinho Neto. Essa cooperação cubana iria aumentar no terreno militar e expandir-se para outras áreas, como a saúde e a educação, em virtude da falta de quadros angolanos para darem conta do funcionamento do novo país e da sua pouca experiência para tal, mas também dada a crescente inserção de Angola no campo socialista. Técnicos do Leste Europeu também passaram a chegar ao país em grande número, com destaque, evidentemente, para os soviéticos.



As independências de Angola

No mesmo dia da proclamação da República Popular de Angola, pelo MPLA, em Luanda, a FNLA e a Unita proclamam a República Democrática de Angola, no Huambo (importante cidade do sul do país). Essa tentativa não surtiu o efeito desejado e o reconhecimento internacional foi dirigido para a independência capitaneada pelo MPLA.

A lógica da Guerra Fria continuou presente em Angola, incorporando atores regionais. É assim que o governo angolano, numa sobreposição quase total com o MPLA, contou com o apoio militar de Cuba e financeiro, político e logístico do bloco soviético, enquanto, do lado oposto, a guerrilha da Unita contou com o apoio no terreno das tropas sul-africanas e suporte financeiro, político e logístico dos EUA. Ou seja, apesar do enfraquecimento e subsequente desaparecimento da força militar da FNLA, o quadro da internacionalização da guerra, mais do que permanecer, intensificou-se.

A guerra ganhou contornos mais duros, nos anos 1980. A guerrilha da Unita avançou pelo interior do país, contando em certa medida com a crescente concentração do governo angolano nos espaços urbanos e a sua fragilidade para implementar políticas que dessem conta do meio rural. Isso franqueou também um espaço de recrutamento para a Unita, ainda que quase sempre forçado. O resultado é que parte significativa das populações rurais ficou à mercê dos embates entre os dois grupos militares.

A concentração das atenções do governo nas áreas urbanas dialogava com aspectos políticos, econômicos e sociais. Da mesma

forma que os demais Estados africanos, Angola tinha de enfrentar graves problemas nessas áreas. O caso angolano era ainda mais complexo, dada a existência da guerra. O conflito armado, travado no interior, levava ao deslocamento crescente de populações para as áreas urbanas, em especial à capital. O Estado, ao tentar atender às demandas que esse deslocamento gerava, buscava também enquadrar a população. Da mesma forma que os demais regimes africanos, a opção angolana foi a do partido único.

A tentativa de golpe de Estado, em 27 de maio de 1977, seria um alerta ao regime para a situação de descontentamento, associado a essa crescente urbanização. A reação da direção do Partido/Estado contaria com o apoio cubano, já que a dissidência partira das fileiras do próprio partido e seria marcada pela violência extrema, e, nos meses seguintes, pelo descontrole. Segmentos urbanos da juventude seriam fortemente atingidos, provocando ao mesmo tempo uma acomodação pela força e um crescente temor em relação às coisas do Estado e da política.

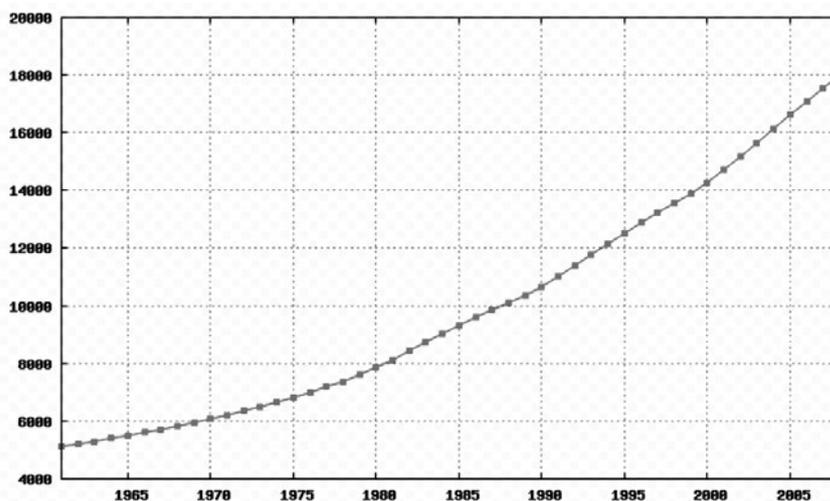


Figura 15.1: Gráfico com o crescimento populacional angolano.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola_demography.png

**O 27 de maio**

A chamada tentativa de golpe de estado de 27 de maio tem sido alvo de uma nova produção de caráter testemunhal que tende a priorizar as críticas à atuação da cúpula do MPLA. Além dessa nova bibliografia, alguns antigos dirigentes confirmam em seus depoimentos a existência de terríveis excessos que acabariam resultando em verdadeiros massacres contra os dissidentes ou supostos dissidentes.

Na economia, o caminho socialista de Angola seria marcado pelas intervenções na produção e seus planos de metas, irrealistas, mas recorrentes. Passara a vigorar a economia planificada, seguindo o princípio de que a indústria transformadora levaria à “construção do socialismo”. Na interação com a política, surgia o privilégio do operariado e a crítica à pequena burguesia.

A estruturação do setor estatal da economia foi alicerçada por confiscos e nacionalizações, em muitos casos fruto tão somente do abandono das unidades pelos seus proprietários, tornados ex-colonos, temerosos com a independência, a guerra e o socialismo. Corrupção, falhas no dimensionamento das fábricas, gerando enormes dificuldades de gestão, incapacidade de absorção do custo desses investimentos, dificuldade de reparação e ampliação das infraestruturas, entre outros fatores, seriam fatais. Os resultados foram a escalada da corrupção, o surgimento do mercado paralelo, com fortes ligações com o comércio legal, ou seja, com o Estado, e a piora significativa das condições de vida da população, o que, por sua vez, iria demarcar um distanciamento crescente dessa população em relação à chamada nomenclatura do partido/Estado.

A especificidade da economia angolana, que ampliava sua produção de petróleo, não se faria sentir na intensidade desejada, nos anos 1980, pois no início e em meados dessa década ocorreriam significativas quedas no preço internacional do produto. Curiosamente, uma excêntrica lógica presidia a crescente participação da exploração do petróleo na economia angolana. A produção ficava ao encargo das petrolíferas estrangeiras, com destaque para as estadunidenses Chevron e Texaco, e a francesa Elf, proporcionando receitas crescentes ao Estado angolano, que, por sua vez, adotava uma economia planificada, de orientação socialista, enfrentando uma guerra civil, insuflada em grande parte pelos interesses ideológicos e políticos dos EUA. Em certa medida, o paradoxo dessa situação, mas também, indubitavelmente, a crescente crise econômica levaram a cúpula do Partido/Estado, do MPLA, a traçar novos rumos para o governo e, conseqüentemente, para o país.

A alteração na política econômica se inicia em meados dos anos 1980 com as primeiras reformas, tomando lugar em 1987, com o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), quando se passa a discutir o tamanho e as intervenções do Estado e a buscar o investimento estrangeiro, abrindo espaço, em paralelo, à existência e à participação do empresariado nacional. Era o reconhecimento de que a estratégia adotada até então tinha resultado no oposto do pretendido, afinal as importações passaram a atender à demanda angolana, em especial no tocante à produção de alimentos. Esse, mais do que os outros setores da produção nacional, fora profundamente influenciado pela intensificação dos combates no interior do país.

Na perspectiva política e militar, também o final dos anos 1980 conheceria dois episódios que mudariam as estruturas do conflito. No plano interno, a batalha de Cuito Cuanavale, ocorrida entre fins de 1987 e início de 1988, no sul do país, demonstrou que as forças militares sul-africanas, que estiveram no terreno em apoio às tropas da Unita, não eram invencíveis. Para derrotá-las, o exército governamental de Angola, as Forças Armadas Populares

de Libertação de Angola (FAPLA), contou com o apoio decisivo da tropa cubana. No plano internacional, a ruptura do bloco soviético e, conseqüentemente, o derrubar da confrontação bipolar da Guerra Fria diminuiram a pressão externa sobre o contexto local.

A repercussão dos dois episódios para o palco de embates armados da África Austral seria imediata. No ano de 1988, intensificam-se os contatos para a articulação de uma solução pacífica, com a costura de um plano regional que buscaria dar conta do conflito angolano e dos demais casos que assolavam a região: Moçambique e Namíbia. Especificamente para o caso angolano, o plano de paz, que contaria com a participação inicial dos governos de Angola, Cuba, EUA e África do Sul, a pretensão era associar a retirada das tropas cubanas de Angola à retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, antigo Sudoeste Africano.



Swapo

A South-West Africa People`s Organization (Swapo), criada em 1960 com o objetivo de conquistar a independência do então Sudoeste Africano, lançaria, em 1966, sua ofensiva guerrilheira contra as tropas sul-africanas que ocupavam o território desde a derrota da Alemanha, seu primeiro colonizador, na 1ª Guerra Mundial. A independência da Namíbia só seria conquistada em 1990, consagrando a vitória eleitoral da Swapo.

Um novo acordo, em maio de 1991, firmado na sequência do primeiro, estabeleceria um cessar-fogo entre o governo angolano e a Unita e a realização de eleições presidenciais e legislativas. Esse segundo acordo previa ainda uma série de etapas de desmilitarização e aproximação entre os dois lados que foram burladas de parte a

parte, com destaque para as diferentes artimanhas empregadas pela Unita, com o objetivo de manter o fundamental de suas tropas preparadas para um eventual ressurgimento do conflito. A estratégia do movimento de Jonas Savimbi em grande medida foi empreendida sob os olhos serenos da comunidade internacional, em especial das Nações Unidas, que, esgrimindo o argumento da falta de meios operacionais para tal acompanhamento, foi protelando a denúncia de forma categórica desse procedimento. Apesar de todas as falhas e desconfianças, o pleito ocorreu em 1992 e, ainda que tenham sido denunciadas fraudes pela Unita, a ONU reconheceu as eleições, como tendo sido livres e justas.

O sonho da paz em 1992

As previsões iniciais e a cobertura jornalística da imprensa internacional e angolana, ainda sob o efeito dos acordos de paz e do cessar-fogo, indicavam que a campanha seria marcada pela polarização entre o MPLA e a Unita. A expectativa do surgimento de uma terceira força, capaz de aglutinar os eleitores, cansados da guerra e também desconfiados da rápida transformação democrática por que passaram os dirigentes do MPLA e da Unita, não se confirmou. Vários foram os partidos criados nesse período de regularização da vida política, proporcionado pelos acordos de paz, no entanto, nenhum dos pequenos partidos conseguiu “decolar”, o que se explicaria, entre outros motivos, pela falta de quadros e de recursos, quase todos concentrados nas duas grandes legendas.

Quanto às previsões propriamente eleitorais, elaboradas em fins de 1991, essas destacavam, invariavelmente, dois critérios de avaliação: o componente étnico e a ideia de desgaste do MPLA, em função dos muitos anos de governo. Ambos derivavam num grande favoritismo à Unita, o movimento de Jonas Savimbi. O critério étnico era favorável à Unita, pois segundo os frágeis dados estatísticos disponíveis sobre Angola, a população ovimbundo representava 35% do total, sendo a principal base de apoio ao movimento, enquanto os

mbundu compunham 25%, sendo o principal grupo de apoio ao MPLA. Portanto, o pressuposto dessa forma de encarar o país e as eleições era o da existência de um vínculo estreito, sem grande margem de erro, entre grupo étnico e partido político, entre identidade étnica e voto.

A outra variante constantemente destacada – a do desgaste do governo do MPLA – era reforçada pelo fracasso da administração, envolvida numa série de casos de corrupção e desmandos, e pelo resultado das eleições realizadas em outros países que recentemente tinham adotado o multipartidarismo. Este seria o caso da Zâmbia, em que a vitória do MMD (Movement for Multiparty Democracy) de Frederick Chiluba, ao derrotar a UNIP (United National Independence Party) de Kenneth Kaunda, em 1991, nas primeiras eleições multipartidárias do país, colocaria fim aos sucessivos mandatos que Kaunda exercera desde a independência, em 1964. Também a Argélia conheceria a derrota do partido no poder desde a independência, em 1962, a FLN (Front de Libération Nationale), que nas eleições legislativas de 1992 seria batida pela FIS (Front Islamique du Salut). Para o caso das ex-colônias portuguesas na África, surgem os exemplos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, que igualmente alimentariam o quadro geral de países em que os partidos de oposição saíram vencedores nas eleições de estreia do multipartidarismo.

Vale referir, também, que o reforço desses componentes de análise ocorrera em grande parte devido ao esvaziamento do debate ideológico, resultado da “guinada democrática” das lideranças dos dois principais partidos e, sobretudo, da aproximação entre suas propostas no terreno da economia. Os pronunciamentos oficiais por parte dos respectivos responsáveis com referência às questões econômicas e até mesmo sociais eram extremamente próximos. Ambos compartilhavam uma mesma visão, quanto ao caráter “milagroso” dos preceitos liberais, capazes de proporcionar uma “proliferação” dos recursos materiais para a população.

As campanhas daqueles que se posicionavam no campo da terceira via, ou seja, os partidos pequenos, desde o início demonstraram grande dificuldade em abrir espaço na mídia. Não

eram escutados nem se faziam escutar sobre aquela situação terrivelmente quente da política angolana. As acusações entre os dois principais rivais, MPLA e Unita, e a necessidade de pôr em pé e executar uma série de etapas que consolidassem a paz e assegurassem as eleições tomavam conta por completo do noticiário da TV (na época só havia a Televisão Popular de Angola), da Rádio Nacional, do Jornal de Angola e mesmo dos periódicos privados.

○ MPLA profissionalizou sua campanha, escolhendo os serviços da empresa brasileira de assessoria de imprensa e propaganda Propeg e do Instituto de Pesquisas Sensus Mercado e Opinião. Ambos ajudaram no direcionamento da campanha para a ideia de que o partido e seu presidente seriam os melhores fiadores da manutenção da paz no momento pós-eleitoral, numa evidente demonstração de percepção quanto ao sentimento popular de saturação com a guerra. Acrescenta-se a isso a estratégia de centralizar o marketing político na figura de José Eduardo dos Santos, o presidente da República e presidente do MPLA, capaz de demonstrar ponderação e simpatia, ainda mais quando comparado ao seu principal rival, Jonas Savimbi, presidente e candidato da Unita.

Outras importantes manobras de marketing do MPLA foram o aproveitamento da passagem do papa João Paulo II por Angola, quando se celebrou em simultâneo a transformação do antigo ateu José Eduardo dos Santos em homem de imagem cristã, impulsionador de uma aliança com a Igreja Católica; a ideia de que era preciso reunir a “grande família MPLA”, abrindo as portas do partido a antigos dissidentes, alguns com peso local considerável, reforçando ao mesmo tempo o novo tom conciliador da legenda e de seu presidente; por último, a aproximação das chamadas chefias tradicionais, que deixaram de ser vistas como obstáculos às ações de Estado, passando a ser valorizadas como pontos de contato e mediação com as diferentes populações, ganhando em troca presentes, como rádios de pilha e bicicletas.

Esses fatos corroboram a ideia de uma maior diversificação de variáveis na campanha do MPLA, em contrapartida a um afunilamento da estratégia da Unita nos temas étnico, racial e militar.

A insistência de Jonas Savimbi, assessorado por uma empresa de marketing político estadunidense, que contava com técnicos sul-africanos, em jogar o jogo da etnicidade, ainda que com novas cores, seguia em sentido contrário à avaliação feita pelos que assessoravam o MPLA. O líder da Unita passaria também grande parte da campanha tocando na questão racial, ao enfatizar a defesa “em primeiro lugar dos angolanos”, já que havia chegado a sua “hora” de fazer valer a luta pela “maioria negra do povo oprimido de Angola”, numa crítica explícita ao fato de o MPLA contar com o apoio das minorias mestiça e branca.

A forma irônica das falas de Savimbi e sua capacidade de animar a plateia nos comícios com brincadeiras, em certa medida fascinavam os ouvintes e atraíam a atenção da população. O “bordão” de campanha da Unita mais repetido talvez tenha sido o famoso “calças novas em setembro”, que aludia ao fato de que os eleitores que quisessem ter “calças novas” deveriam votar na Unita. Essas “brincadeiras” eram acompanhadas por severas críticas ao governo e cumpriam um papel importante na campanha de Savimbi, afinal os angolanos não estavam acostumados ao debate franco e à presença de tantas críticas ao governo. No entanto, em muitas ocasiões, o líder da Unita parecia exceder o tom, não conseguindo evitar o ar de desafio, de revanche, demonstrando o quanto, para ele, era inimaginável uma derrota, nas eleições de 29 e 30 de setembro.

O MPLA amplificaria as falas mais duras de Jonas Savimbi e traduziria tal agressividade em imagens que seriam usadas ao longo da campanha. Um bom exemplo desse uso pode ser visto no vídeo “Contradições de Jonas Savimbi – Angola, 1992”, disponível no Youtube. Nesse vídeo, o MPLA apresenta oito contradições presentes nos discursos de Jonas Savimbi, com destaque para o quadro em que ele aparece afirmando que “a paz veio para ficar”, para num segundo momento ser destacado o trecho de outro discurso em que ele ameaça: “Se me provocarem, isso vai ficar feio. Eu agora tenho um exército.” A todo instante surge uma imagem fixa de Jonas Savimbi, fardado, com uma pistola à cintura, num movimento de

braço que fazia crer que ele iria pegar na arma. Essa imagem seria estampada em vários materiais de propaganda do MPLA, quase sempre acompanhada de uma outra em que aparecia José Eduardo dos Santos, trajando terno e gravata, com um olhar sereno, leve sorriso no rosto e algumas vezes acompanhado por uma pomba branca. A descrição pode parecer óbvia em demasia e muito mecânica, mas seu efeito em explicitar quem melhor poderia garantir a conquista da paz não deixa dúvida.

Os resultados finais das eleições presidenciais de 1992 consagrariam a José Eduardo dos Santos 49,57% dos votos, a Jonas Savimbi 40,07% e a Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), o terceiro colocado, 2,16% dos votos nacionais. Quanto às eleições para o parlamento nacional, o MPLA faria 129 deputados, a Unita 70 e os demais partidos no máximo 3. Os números informavam também que o MPLA faria mais votos que o seu candidato a presidente. Os dados demonstravam ainda a distância entre os dois primeiros candidatos a presidente e o terceiro, reforçando a polarização observada na campanha eleitoral, mas indicavam também a necessidade de um 2º turno entre os dois principais candidatos. O que não iria acontecer, em função da contestação dos resultados pela Unita e o retorno à guerra.

Em função das votações obtidas, as análises dos resultados eleitorais de 1992 tendem a destacar, nem sempre de forma conjunta, três aspectos como os principais responsáveis pelas vitórias de José Eduardo dos Santos nas presidenciais e do MPLA nas legislativas: o fator étnico, o uso privilegiado da máquina administrativa e de propaganda do Estado por parte do MPLA e os inúmeros erros de Jonas Savimbi e seu partido, que teriam se transformado em “cabos eleitorais” do MPLA.

Os equívocos de Savimbi e seu partido já foram comentados ao longo da aula, o que de certa forma pode ser dito também em relação à utilização da máquina do Estado pelo MPLA. No entanto, sobre esse último item, valeria reforçar o bom proveito tirado pelo MPLA dessa sobreposição existente entre ele e o Estado angolano. Os recursos financeiros, ainda que escassos, acrescidos pela capacidade

de endividamento e os meios administrativos, mesmo que fragilizados pela longa guerra civil, seriam de extrema importância para fazer chegar a voz de José Eduardo dos Santos e do seu partido aos locais mais isolados do país. E chegariam chancelados pela marca do poder, ao mesmo tempo em que se apresentavam como os fiadores da paz.

Quanto ao resultado eleitoral e sua relação com o fator étnico, podemos observar o fenômeno por um ângulo que fortalece o vínculo entre partido político e grupo étnico, perceptível na votação expressiva da Unita nas províncias do centro-sul, região dos ovimbundos, como o Bié, onde o partido recebeu 76,9% dos votos válidos, enquanto Jonas Savimbi recebeu 83,9%. Por outro lado, também podemos analisar a relação entre voto e grupo étnico através de uma perspectiva diferente, pois quando olhamos para outra província da mesma região, Benguela, é possível verificar que Jonas Savimbi angariou 59,7% dos votos válidos, reduzindo bastante a casa dos 80%, enquanto seu partido alcançaria 53,5%. Esses números indicam que o voto étnico na Unita e no seu presidente perdeu fôlego numa área mais urbanizada, litorânea, com maior contato com a capital e com maior experiência de convívio entre diferentes grupos étnicos e também entre negros e não negros.

Ainda na discussão da eficácia da vinculação étnica para a análise do voto, um outro caso precisa ser lembrado. É o exemplo do Partido Renovador Social (PRS), que receberia um expressivo número de votos na região do grupo tchokwe, não por coincidência étnica dominante no partido. E aqui é preciso realçar também sua estratégia abertamente regional, já que não concorreu nas presidenciais.

O que nos interessa salientar é que, em diversos casos, como o dos tchokwe, como também nos números nacionais da Unita (40%), concentrados em grande parte nos ovimbundos, podemos observar o peso do voto étnico. Todavia, ao mesmo tempo, os números das localidades também informam os limites desse voto e até mesmo sua rejeição. É indiscutível que o voto no PRS foi surpreendente, mas ainda assim, na sua região, as Lundas, ele perderia para o MPLA. Na Lunda Norte, o MPLA ficaria com 65,5% dos votos válidos, o PRS com 15,7% e a Unita com 7,4%. Na Lunda Sul, esses dados

seriam de 53,8% para o MPLA, 32,8% para o PRS e apenas 3,8% dos votos válidos para a Unita.

Ou seja, o vínculo étnico parece ter um limite na sua transposição em voto. E isso foi fundamental para o MPLA, que recebeu um bom número de votos em todas as regiões. Afinal, tanto o partido quanto José Eduardo dos Santos, quando não foram os mais votados, foram os segundos, e essa segunda opção só ocorreu em 5 das 18 províncias no caso de José Eduardo dos Santos e em 4 para o MPLA. Essa votação, mais dispersa pelo território, pelas idades e pelas áreas urbanas, e rurais, em parte pode ser analisada como resultante da campanha, ao longo do ano de 1992. Votos que foram conquistados e que, no início da campanha, poderiam não ser calculados como possivelmente de apoio ao MPLA, nem de José Eduardo dos Santos.

No entanto, a referência aos limites do voto étnico não deve impedir a constatação de sua existência e força na eleição de 1992, em Angola. É indiscutível a supremacia dos votos da Unita no planalto central, leste e sudeste do país, confirmando a força do voto étnico. Lembremos, no entanto, que essa era também a principal área de atuação do partido de Jonas Savimbi no decorrer da campanha, até como resultado de sua leitura eleitoral, baseada no mapa étnico de Angola. Tal concentração de esforços sugere também uma outra variável mais difícil de ser entabulada e sobre a qual apenas podemos fazer menção. Esta diz respeito aos diferentes tipos de pressão exercida pelos militantes e militares sobre as populações para um direcionamento do voto.

Figura 15.2: Mapa político de Angola.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_map.png



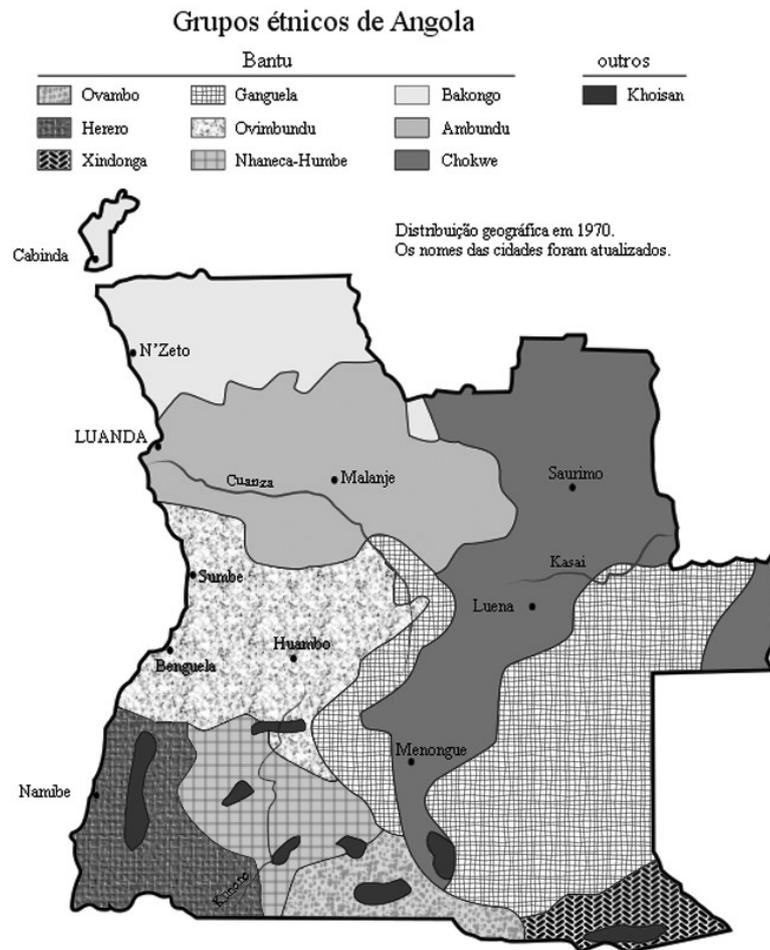


Figura 15.3: Mapa étnico de Angola.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg



Atende ao Objetivo 2

1. Comente a seguinte afirmação: o final dos anos 1980 conheceria dois episódios que mudariam as estruturas do conflito angolano.

Resposta Comentada

A batalha de Cuito Cuanavale demonstrou que as forças militares sul-africanas não eram invencíveis, abalando a aliança entre EUA e África do Sul, no seu apoio à guerrilha da Unita. Por outro lado, a queda do muro de Berlim marcou a ruptura do bloco soviético, dando fim à Guerra Fria e debilitando o apoio político internacional, estratégico e militar ao governo angolano. Os dois episódios constituiriam um ponto de inflexão da estrutura do conflito angolano, retirando o peso considerável dos componentes externos, ainda que os interesses internacionais permanecessem sobre a economia do país. A guerra angolana seria indiscutivelmente muito mais angolana, nos anos 1990.

O retorno à guerra, mas uma guerra diferente

Após o início da divulgação dos resultados parciais oficiais pelo Conselho Nacional Eleitoral, no dia 3 de outubro de 1992, apontando a vitória do candidato José Eduardo dos Santos e do MPLA, o líder da Unita, Jonas Savimbi, afirmou que não acreditava nos resultados divulgados até então e reforçou que “o MPLA não está a ganhar, o MPLA não pode ganhar”. Seu discurso foi interpretado dentro e fora

de Angola como uma ameaça de retorno à guerra. A sequência dos acontecimentos não deixou dúvidas quanto à disposição da Unita em forçar uma outra negociação, desconsiderando as eleições.

No dia 5 de outubro, 11 generais procedentes da Unita abandonaram o exército unificado, as Forças Armadas Angolanas (FAA), criado uma semana antes, no dia 28 de setembro, um dia antes do início da votação. As FAA abrigavam militares, provenientes do exército governamental, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), e do exército da Unita, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA). No dia seguinte, 6 de outubro, Jonas Savimbi abandonou a capital e seguiu em direção à cidade do Huambo, no planalto central, considerada um dos berços da Unita e onde tinha recebido a votação mais expressiva.

Os movimentos em direção ao confronto aberto sucederam-se. As visitas do secretário de estado adjunto para assuntos africanos dos EUA, Herman Cohen, e da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, a Jonas Savimbi, com o intuito de convencê-lo a aceitar os resultados eleitorais naufragaram. No dia 13 de outubro, teve início uma série de ocupações de posições por parte das FALA em vários municípios espalhados pelo país; mesmo assim os resultados finais das eleições foram divulgados oficialmente, em 17 de outubro.

Os últimos dias do mês de outubro foram de movimentação de tropas da Unita, em Malange e nas cidades do planalto central; a guerra retornou de vez com todas as cores e muitas mortes no último dia do mês de outubro, com o início dos confrontos abertos, na cidade de Luanda. De fato, essa nova guerra não teve declaração oficial de início dos confrontos por qualquer uma das partes. Os ataques e contra-ataques sucederam-se entre desmentidos e reuniões para contorná-los. Jonas Savimbi continuaria desafiando suas acusações quanto à ocorrência de inúmeras fraudes nas eleições, enquanto as chancelarias internacionais e a ONU investiram numa sequência infundável de reuniões dentro e fora do território angolano, na tentativa de fazer o líder da Unita retomar o processo e participar do segundo turno.

Na busca por controlar as rédeas da cena política e lançar definitivamente a Unita e seu presidente na ilegalidade, o governo deu posse aos deputados eleitos para a Assembleia Nacional, no dia 26 de novembro, mesmo com a ausência dos 70 deputados eleitos pela Unita. No dia 4 de dezembro, foi empossado o novo governo. O tom dos discursos era de conciliação, chegando-se a afirmar a importância da participação da Unita na Assembleia e mesmo no executivo. Alguns deputados eleitos pela Unita aproveitaram esses acenos do governo ao longo do ano de 1993 para tomarem posse na Assembleia Nacional. Todavia, em paralelo a esses passos políticos, milhares de mortes acumulavam-se no país.

Várias iniciativas de paz, congregando os dois lados em confronto e observadores internacionais, tiveram lugar, ao longo do ano de 1993. Em outubro de 1994, foi estabelecida a assinatura dos acordos de Lusaka, entre o governo angolano e a Unita. Mas, mais uma vez, as esperanças foram frustradas e a guerra reativada. Antes da paz definitiva em 2002, outras tentativas de negociação ocorreram. A de maior envergadura teve lugar em abril de 1997 com a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), que abriu espaço no executivo para representantes de todos os partidos, incluindo a Unita, que assumiu alguns ministérios, além de preencher os 70 assentos correspondentes ao seu partido na Assembleia Nacional. Todavia, mais uma vez, a guerra foi retomada.

Vale destacar que a guerra pós-eleitoral apresentou novas características, como, por exemplo, o fato de que dessa vez, sobretudo numa primeira fase, de aproximadamente um ano, os conflitos foram em muitos casos urbanos, a começar pelo dia 31 de outubro de 1992 em Luanda. Passada a fase de Luanda, que durou alguns dias, sendo vencida por milícias pró-MPLA, apressadamente armadas, numa demonstração de que o governo cedera mais que a Unita na desmobilização de suas forças, novos confrontos tiveram lugar nas principais cidades do planalto central, em especial no Huambo, mas também no norte do país, como Caxito, Ndalatando, Mbanza Congo e Uíge.

Esses embates foram os responsáveis pelas imagens que rodaram o mundo, dando conta da destruição de inúmeras construções e das intensas trocas de tiro nas ruas de várias cidades angolanas, o que se explica pela presença da Unita nas áreas urbanas, durante todo o período pré-eleitoral. Ou seja, o breve período de paz e a liberdade de deslocamento, bem como a própria campanha eleitoral, proporcionaram a transferência de militantes e militares para as cidades, que com o reacender da guerra retomaram suas funções no exército da Unita.



Figura 15.4: Marcas da destruição da guerra pós-eleitoral no Huambo.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Building_with_Bullet-holes_in_Huambo,_Angola.jpg

Com o passar dos meses, as ações militares migraram para o interior do país e para zonas menos populosas, ainda que mais extensas territorialmente, fazendo com que a Unita chegasse a controlar mais de 60% da área total do país. O partido do Galo Negro, como era conhecida a Unita, em função da presença desse animal no centro da sua bandeira, via a nova guerra como uma

comprovação da sua capacidade e da justeza de suas acusações ao governo angolano. Quanto mais alternativas e contatos com as chancelarias internacionais eram oferecidos a Savimbi, mais ele consolidava a ideia de que a força de seu movimento estava nos seus homens, nas suas armas e no domínio da maior extensão possível de território. Sua lógica era de que um maior controle militar aumentava suas chances de uma negociação, em formato mais favorável do que aceitar a derrota eleitoral, ainda que num primeiro turno.

Outra característica da guerra pós-eleitoral foi o fim do elevado grau de participação externa. O governo não possuía mais o apoio cubano e soviético, nem a guerrilha garantiria por muito mais tempo o apoio sul-africano e estadunidense, em grande parte pelo fim da Guerra Fria, mas também pelas mudanças, ocorridas na África do Sul, que levariam à libertação de Nelson Mandela e sua eleição para a presidência do país na sequência. Ao mesmo tempo, isso significa dizer que a nova guerra será financiada pelos recursos internos angolanos, sob controle das duas forças político-militares. O governo contaria, sobretudo, com os recursos do petróleo e a Unita com os dividendos auferidos pelo controle de minas de diamantes no nordeste do país.

Assim como na fase pós-independência do conflito angolano (1975-1991), a fase pós-eleitoral (1992-2002) tem sido mais bem estudada no que diz respeito ao lado governamental do que no tocante ao movimento do Galo Negro. Os mecanismos de acumulação de riqueza, construídos pela Unita, sua rede financeira, seus contatos internacionais, suas garantias de pagamento, seus fornecedores de armas e demais materiais não foram ainda analisados em maior profundidade. Tal situação certamente decorre das dificuldades em se estudar um partido/exército com deslocamentos rápidos e frequentes por extensas faixas territoriais, agravadas pelas sucessivas condenações em fóruns internacionais, o que implicou a ilegalidade de muitas dessas operações, mas também dado ao inegável fechamento da Unita no que diz respeito a sua organização interna.

Os diamantes que financiavam a Unita saíam da região Nordeste do país, das províncias da Lunda Norte e Lunda Sul. Eram explorados por populações forçadas ao trabalho de exploração aluvial. Em julho de 1998, a ONU, por pressão do governo de Angola, mas também de agências internacionais, declara uma interdição internacional à compra de diamantes da Unita, o que se mostrou ineficaz, pois os canais do contrabando continuaram a funcionar. Só quando as grandes empresas compradoras de diamantes, como a De Beers sul-africana, concordaram em participar do boicote, por temerem o surgimento de uma campanha internacional de acusação e repulsa aos diamantes, é que a Unita passou a ter problemas para escoar sua produção.

As mudanças de governo nos dois Congos também prejudicaram a Unita. Duas importantes portas de acesso a armas, recursos e deslocamento de pessoal e tropas foram fechadas. Na República Democrática do Congo, desmorona o regime de Mobutu, em maio de 1997, surgindo em seu lugar Laurent Kabila, apoiado, entre outros, pelo governo de Angola. No vizinho Congo Brazzaville, fenômeno parecido ocorreria com o apoio das tropas angolanas ao antigo presidente Sassou-Nguesso, que dá um golpe no governo de Pascal Lissouba, também em 1997.

Isolada, a Unita investe na estratégia de aumentar a intensidade dos confrontos, provocando a fase mais cruel da guerra, impedindo até mesmo o auxílio de ajuda humanitária pelas agências internacionais. A ideia era conseguir, dessa forma, fazer a opinião pública internacional pressionar o governo angolano para dar um basta na guerra, abrindo as portas para uma nova negociação com a Unita.

A pressão internacional sobre o MPLA não veio, pois o petróleo continuava a jorrar. Pelo contrário, o que ficou evidente foi a incapacidade da Unita de manter o combate naquela intensidade, por muito mais tempo. O movimento começou a ter crises de abastecimento de combustível e depois de reposição de armas. A logística foi dando graves sinais de fadiga.

Foram mais 10 longos anos de guerra, finalizados em 2002, após o isolamento da Unita, no cenário internacional. Muitos países, até mesmo antigos aliados, demonstravam certo cansaço em relação às seguidas recusas por parte de Jonas Savimbi em participar efetivamente de novas negociações, ou então sua participação apenas para ganhar tempo, sem construir nenhum caminho confiável para uma solução negociada. A morte de Jonas Savimbi em combate contra as tropas governamentais, em fevereiro de 2002, seria seguida pelo acordo de paz de abril.

Finalmente a paz, mas não o fim dos problemas

Se o governo afirmava que a democracia seria uma consequência da paz, logo percebeu que também os questionamentos o seriam. Antes, durante a guerra, tudo ficava para depois, pois havia algo mais importante a ser executado. O fim do conflito armado acabaria por chamar a atenção dos angolanos para as limitações do governo. Com a paz, as demandas passam a ser maiores. É nesse novo cenário que crescem as inúmeras reivindicações, inclusive por eleições, e foram nesse novo contexto que se realizaram as eleições legislativas de setembro de 2008.

Figura 15.5: O déficit e a precariedade das habitações são grandes temas para a Angola atual.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Buildings_at_Rua_Cinco,_Huambo,_Angola.jpg



Entre as campanhas eleitorais, em 2008, a grande diferença estava no programa do MPLA, o partido governamental, tanto na parte técnica, quanto na parte do marketing propriamente dita, apresentando uma enxurrada de obras e conquistas e esgrimindo sua supremacia eleitoral, conquistada em 1992. Os partidos de oposição, entre eles a Unita, acusavam o governo de inúmeros desmandos e, sobretudo, relatavam casos de corrupção, mas o que mais cobravam era a ausência de apoio financeiro por parte desse mesmo governo, para levarem adiante seus projetos eleitorais.

Pouco se aprofundava no debate sobre as falhas do governo na condução de projetos para a melhoria de vida da população, menos ainda sobre que caminho os partidos de oposição pretendiam seguir para resolver, quando não minimizar, tais problemas. Sendo assim, o destaque acabaria se dirigindo para as ausências. Como em 1992, o embate ideológico não se fez presente e o discurso capitalista quanto à necessidade de liberar a economia das amarras ainda existentes esteve presente em todos os programas, incluindo o do MPLA.

As ausências mais evidentes, no entanto, foram o vínculo entre etnicidade e voto, e a ameaça de novo embate militar, o que sem dúvida causava grande surpresa aos que não acompanhavam a situação angolana mais de perto e que apenas estavam cobrindo as eleições a serviço de agências internacionais. Como poderia um país africano que viveu mais de 40 anos de guerra, se somarmos a colonial e a civil, viver um efetivo estado de paz, apenas 6 anos após a assinatura do último cessar-fogo?

Os números finais, ainda que uma vitória tranquila do MPLA fosse esperada, foram de causar espanto: MPLA, 81,64% (191 deputados); Unita 10,39% (16 deputados); PRS 3,17% (8 deputados); FNLA 1,11% (3 deputados) e a Nova Democracia 1,20% (2 deputados). Logo que a discussão foi sendo direcionada para o número de votos de cada partido, a imprensa internacional foi tirando as eleições angolanas do foco. Afinal, eleição que corre bem parece atrair menor atenção.

Para explicar os resultados do pleito, é importante considerar uma composição mínima de 4 fatores: o temor de uma vitória da Unita, a pulverização da oposição e do discurso oposicionista, o reconhecimento de avanços nas ações governamentais e, fundamentalmente, a entrada em campo da máquina governamental-partidária, que criou instâncias mobilizadoras, como os comitês de especialidades, que reuniam os jovens profissionais por áreas de formação. O voto contra a Unita, por sua vez, era uma confirmação do protesto pelo retorno à guerra em 1992.

Por fim, deve ser destacado o próprio ato eleitoral. Angola estava repleta de jornalistas estrangeiros, em grande parte influenciados pelos embates ocorridos no Quênia, em janeiro de 2008, fruto da contestação aos resultados eleitorais, ou ainda pelos conflitos pré-eleitorais no Zimbábwe, em julho do mesmo ano, com graves consequências para a população. Por tudo isso, havia certa expectativa de que Angola poderia enfrentar problemas. Felizmente, os angolanos surpreenderam mais uma vez.



Atende ao Objetivo 1

2. Aponte duas novas características da guerra civil angolana na sua fase pós-1992.

Resposta Comentada

A primeira e certamente a mais importante do ponto de vista da estrutura do conflito é a diminuição drástica dos atores internacionais como protagonistas dessa guerra. O fim da Guerra Fria gerou, no caso angolano, uma maior angolanização da guerra, no que diz respeito aos interesses envolvidos. Resultou também na angolanização total dos custos dessa guerra, que passaria a ser subsidiada com recursos do petróleo e dos diamantes, extraídos do solo angolano, por angolanos. A outra característica nova do conflito será a proliferação de embates urbanos, proporcionada pela presença da guerrilha da Unita nas grandes cidades, durante a campanha eleitoral de 1992. Essas ações urbanas forneceram imagens impressionantes da guerra angolana que rodaram o mundo e alertaram ainda mais a opinião pública internacional sobre o conflito.

CONCLUSÃO

Passados três anos das eleições de 2008, os problemas continuam. É grande o descompasso. De um lado, é possível ver uma economia crescente, explicitada na quantidade e diversidade de produtos, com especial destaque para os sofisticados modelos dos automóveis e as mansões cinematográficas, consequências das taxas de crescimento em torno de 15% na média dos últimos 7 anos, para um PIB de 80 bilhões de dólares, quando no último ano da guerra (2001) não ultrapassava os 9 bilhões. Esses números também explicam a quantidade de grandes obras em andamento. Todavia, os angolanos continuam a conviver com a ausência de transporte público, taxas de desemprego superiores a 35%, salários irrisórios na função pública e nos setores distantes do mundo do petróleo e dos bancos, e péssimas perspectivas no setor educacional.

Resposta Comentada

É comum nas coberturas da imprensa internacional sobre eleições ocorridas em países africanos o destaque ao peso do voto étnico. Nas eleições de 1992, em Angola, não seria diferente, sobretudo nas reportagens anteriores à votação. O resultado dessas eleições, no entanto, escapa a uma lógica exclusivamente étnica, ou de vinculação entre o voto e a identidade étnica. A votação, obtida por alguns partidos, indica e reforça a presença de tal vínculo, mas os números em outras regiões, por vezes do mesmo partido, dão outras cores a essa ligação, quando não a minimizam totalmente. Fatores como a urbanização, a expansão do português, a migração interna e a valorização da paz pesaram tanto quanto o voto de tipo étnico.

RESUMO

Angola nasce como país independente, enfrentando uma guerra civil que tinha a participação de militares de outros países, África do Sul e Cuba, em apoio a forças locais, respectivamente a guerrilha da Unita e o exército governamental. Definitivamente, não foi um parto tranquilo. A guerra aprofundou divisões regionais e fortaleceu as intervenções e os interesses internacionais, a tal ponto, que sua primeira tentativa de solução ocorre somente após o fim da Guerra Fria. No entanto, a guerra era entre angolanos e ainda que o peso dos fatores externos fosse grande, sua diminuição não foi capaz de trazer a paz duradoura. O conflito era angolano e só seria resolvido entre angolanos, infelizmente à custa de um prolongamento de mais 10 anos de guerra.

História da África

Referências

Aula 1

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *África*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

FALOLA, Toyin. *Entrevista*. Niterói: Tempo. n. 20, jan.-jun.2006.

HAMPATE-BÂ, Amadou. "A palavra, memória viva na África". In: *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 1973.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista a René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, "ilha" crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. "História da África: para quê?". In: FRY, Peter e outros (org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TRIAUD, Jean-Louis. "Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. Resenha do livro *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History*, de Paulo Fernando de Moraes Farias (Oxford: Oxford University Press, 2003)". In: *Afro-Ásia*, n. 34, Salvador, 2006.

VANSINA, Jan. "África Equatorial e Angola: as migrações e o surgimentos dos primeiros Estados". In: *História Geral da África*. Volume 4. São Paulo: Ática/Unesco.

Aula 2

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. "La crisis africana: aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales". In: *New Left Review*, n.15, 2002.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

FALOLA, Toyin. *Entrevista*. Niterói: Tempo. n. 20, jan.-jun.2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

HAMPATE-BÂ, Amadou. "A palavra, memória viva na África". In: *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 1973.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista a René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano França. "O ensino de História da África no Brasil: caminhos e descaminhos de uma luta contra o racismo velado". In: *Revista Novas Idéias*, Recife, v. 1, n.1, p. 53-74, jan.-jun. 2008.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana*. Lisboa: Afrontamento, 1997.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. A escravidão atlântica. In: CAMPOS, Adriana Pereira e SILVA, Gilvan Ventura. *O sistema escravista luso-brasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM Editora, 2011.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. "História da África: para quê?". In: FRY, Peter e outros (org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Aula 3

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

HANSON, John. "Islam and african societies". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

ISICHEI, Elizabeth. *A history of african societies to 1870*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1997.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. *Outros muçulmanos: Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MAZRUI, Ali. *Os africanos: uma tríplice herança*. Documentário distribuído no Brasil pela TVE Brasil.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ROBINSON, David. *Muslim societies in african history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Aula 4

COLLINS, Robert e BURNS, James. *A history of Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

HANSON, John. "Islam and african societies". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 1991.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana*. Lisboa: Afrontamento, 1997.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ROBINSON, David. *Muslim societies in african history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TRIAUD, Jean-Louis. "Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. Resenha do livro *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History*, de Paulo Fernando de Moraes Farias (Oxford: Oxford University Press, 2003)". In: *Afro-Ásia*, n. 34, Salvador, 2006.

Aula 5 . - - - - -

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicações, 1992.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COLLINS, Robert e BURNS, James. *A history of Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Europa-América, 1991.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. "Para uma antropologia histórica do Kongo. Resenha do livro *Le lignage contre l'État. Dynamique politique du Kongo du XVIème siècle*, de António Custódio Gonçalves (Lisboa: IICT/Universidade de Évora, 1985)". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 14 e 15, Lisboa: IICT, dez.1991.

VANSINA, Jan. "Equatorial Africa before the nineteenth century". In: VANSINA, Jan e outros. *African history. From early times to independence*. Londres e Nova York: Longman, 1994.

Aula 6 . - - - - -

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". In: *Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador, 1998-1999, p. 9-44.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. "As relações Brasil-África no contexto do Atlântico sul: escravidão, comércio e trocas culturais". In: BELUCCI, Beluce (org.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM/CCBB, 2003.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 7 . - - - - -

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

CURTO, José. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.

FAGE, J.D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FERREIRA, Roquinaldo. *Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 20, jan.-jun. 2006, p. 33-59.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. "As relações Brasil-África no contexto do Atlântico Sul: escravidão, comércio e trocas culturais". In: BELUCCI, Beluce (org.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM/CCBB, 2003.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 8 . - - - - -

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". In: *Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador, 1998-1999, p. 9-44.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 9

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACKENZIE, J. *A partilha da África (1880-1900)*. São Paulo: Ática, 1994.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

WESSELING, H. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

Aula 10

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940. The past of the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) *Intermediaries, interpreters and clerks. African employees in the making of colonial Africa*. Wiscosin: The University of Wisconsin Press: 2006.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío. México: Siglo Veintiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

Aula 11 . - - - - -

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) *Intermediaries, interpreters and clerks*. African employees in the making of colonial Africa. Wiscosin: The University of Wisconsin Press, 2006.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío. México: Siglo Veintiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

Aula 12 . - - - - -

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA. *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica*. A imprensa escrita de Angola do séc. XIX. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1993.

ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO. *Lúcio Lara "Tchiweka" – 80 anos – Imagens de um percurso*. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação (ATD), 2009.

BENDER, Gerald J. *Angola. Mito y Relidad de su Colonización*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME”*. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1996.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

DIAS, Jill R. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. Revista Internacional de Estudos Africanos, n.º 1, Lisboa, janeiro-junho de 1984, p. 61-94.

PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure*. Nationalisme et Revoltes (1926-1961). Orgeval (França): Pelissier, 1978.

SILVA, Elisete Marques da. *O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial*. Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, n.º 16 e 17, p. 103-130, 1992-1994.

Aula 13 . - - - - -

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf>

BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1980. 2 Volumes.

BIRMINGHAM, David, MARTIN, Phyllis (Ed.). *History of Central Africa: The contemporary years since 1960*. Londres: Longman, 1998.

BOAHEN, A ADU (Coord.). *História Geral da África*. A África sob dominação colonial. São Paulo: Ática/Unesco, v. VII, 1991.

CHRISTIE, Iain. Samora. *Uma biografia*. Maputo: Ndjira, 1996.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ILIFFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.
- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa*. A revolução metropolitana e a dissolução do império. Mem Martins (Portugal): Inquérito, 1998.
- MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.
- MARTIN, Phyllis; O'MEARA, Patrick. *Africa*. Londres: James Currey, 1995.
- SANTIAGO, Theo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Aula 14 . - - - - -

- ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf>
- BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. Colonialismos, descolonizações e crises na África. In: *ComCiência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 97, <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=34&id=408>.
- COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias* – Histórias do Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facções*. Relatos do genocídio em Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ILIFFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.
- LOPES, Carlos. *Compasso de espera*. O fundamental e o acessório na crise africana. Porto: Afrontamento, 1997.
- MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.
- MARTIN, Phyllis; O'MEARA, Patrick. *Africa*. Londres: James Currey, 1995.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Aula 15 . - - - - -

ANSTEE, Margaret Joan. *Órfão da Guerra Fria*. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93. Porto: Campo das Letras, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf>

BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, Patrick. *A history of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana, Indiana University Press: 2002. p. 137-184.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

BITTENCOURT, Marcelo. Conflitos, identidades e voto em Angola. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo. *África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF*. Niterói: PPGH-História/UFF, 2010. pp. 174-186.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. *As fronteiras por dentro da nação*. Luanda: ADRA/CIDMA, 1992.

CORREIA, Pedro Pizarat. *Angola*. Do Alvor a Lusaka. Lisboa: Hugin, 1996.

FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999.

HODGES, Tony. *Angola. Do afro-stalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais (Portugal): Principia, 2002.

MESSIANT, Christine. "Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia". In: VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, p. 131-161.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. 2 v.

VIDAL, Nuno. "Multipartidarismo em Angola". In: VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, pp. 11-57.